

**Daniel Carnio Costa**  
**João de Oliveira Rodrigues Filho**

# **PRÁTICA DE INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL**

**Decisões Judiciais em Recuperação  
de Empresas e Falências**

Curitiba  
Juruá Editora  
2019

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
 e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9009-6**

4457536

**JURUÁ**  
 EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900

Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Costa, Daniel Carnio.

C837 Prática de insolvência empresarial: decisões judiciais em recuperação de empresas e falências./ Daniel Carnio Costa, João de Oliveira Rodrigues Filho./ Curitiba: Juruá, Juruá, 2019.

212p.

1. Falência. 2. Direito empresarial. 3. Empresas – Recuperação. I. Rodrigues Filho, João de Oliveira. II. Título.

00002

CDD 346.078 (22.ed)

CDU 347.736

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1 ANTES DO INÍCIO DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS.....</b>	<b>15</b>
1.1 A Decisão que Determina a Perícia Prévia. ....	15
1.2 A Decisão de Emenda à Petição Inicial .....	24
1.3 O Indeferimento da Petição Inicial por Ausência de Documentos.....	26
1.4 O Indeferimento da Petição Inicial por Ausência de Funcionamento da Empresa .....	30
1.5 Realização de Perícia Prévia e Constatação de Inexistência de Atividade Empresarial – Indeferimento da Petição Inicial .....	32
1.6 A Incompetência do Juízo Apurada em Perícia Prévia .....	36
1.7 Decisão de Revogação do Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial .....	43
<b>Capítulo 2 INICIANDO O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS.....</b>	<b>49</b>
2.1 Decisão de Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial.....	49
2.2 Decisão que Fixa os Honorários do Administrador Judicial.....	63
2.3 Remuneração Provisória do Administrador Judicial.....	66
<b>Capítulo 3 PROTEÇÃO DE ATIVOS E CONTRATOS DA RECUPERANDA.....</b>	<b>71</b>
3.1 A Liberação da Trava Bancária .....	71
3.2 A Proteção aos Serviços Essenciais à Manutenção das Atividades da Recuperanda.....	87
3.3 A Necessidade de Comprovação da Essencialidade de Ativos...89	
3.4 Não Reconhecimento da Essencialidade de Ativos Durante o Período de Supervisão do Plano.....	95

3.5	Participação em Licitação por Empresa em Recuperação Judicial – Dispensa de Apresentação de CND e de Certidão Negativa de Recuperação Judicial .....	98
3.6	Necessidade de Comprovação de Indicadores Econômicos para Participar de Licitações .....	103
3.7	Participação de Empresa em Recuperação em Licitação na Modalidade Convite .....	106
3.8	A Prorrogação do <i>Stay Period</i> .....	111
<b>Capítulo 4</b>	<b>QUESTÕES RELACIONADAS AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....</b>	<b>117</b>
4.1	O Credor Essencial e a Formação de Subclasses .....	117
4.2	A Colheita de Votos em Separado .....	123
4.3	A Consolidação Substancial de Ativos e Credores. ....	124
<b>Capítulo 5</b>	<b>APROVAÇÃO E REJEIÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....</b>	<b>133</b>
5.1	A Concessão da Recuperação Judicial sem Ressalvas, com Adequação do Passivo Tributário .....	133
5.2	A Concessão da Recuperação Judicial com Ressalvas, Diante do Exercício do Controle Judicial de Legalidade – Aplicação do Critério Tetrafásico .....	142
5.3	Rejeição do Plano e Convolação da Recuperação Judicial em Falência. ....	149
5.4	Concessão da Recuperação Judicial com Exclusão de Voto Abusivo. ....	153
5.5	Encerramento da Recuperação Judicial .....	170
5.6	Encerramento da Recuperação Judicial com Descumprimento de Obrigações Depois de Decorrido o Prazo de 02 (Dois) Anos..	174
5.7	Homologação de Plano Aditivo com Imediato Encerramento da Recuperação Judicial pelo Decurso do Prazo de Dois Anos..	179
<b>Capítulo 6</b>	<b>FALÊNCIA E HABILITAÇÃO DE CRÉDITO .....</b>	<b>185</b>
6.1	A Declaração da Falência .....	185
6.2	O Prosseguimento da Falência pelo Recolhimento da Caução...	190
6.3	Ausência de Recolhimento de Caução e Encerramento Anômalo da Falência .....	193
6.4	Habilitação de Crédito .....	197
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>199</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>201</b>